

Recensão

(Página deixada propositadamente em branco)

***Recensão do Livro de Isabel Baltazar,
Repensar Portugal e a Ideia de Europa.
Pensamento Contemporâneo,***

Lisboa, Theya Editores, 2019, 246 p. ISBN 978-989-8916-70-9

Maria Manuela Tavares Ribeiro

ORCID:0000-0001-7471-2164

Este livro resulta de uma longa e persistente investigação que a Autora, Isabel Baltazar, tem vindo a desenvolver há alguns anos. Ofereceu-nos já o ensejo da leitura de outros textos que tem dado a público. Outras publicações surgirão, pois são muitas as pistas que deixa nesta obra e que, por certo, virão a ocupar as suas horas de Investigadora.

Durante décadas o processo de construção dos Estados Unidos da Europa, depois a criação da Comunidade e da União Europeia foram, para alguns, um puro ideal. Mas não para outros. Recorde-se, por exemplo, que na conclusão do manifesto pan-europeu, Richard von Coudenhove-Kalergi escrevia: “C’est au combat que je vous appelle; vous pour qui la Paneurope n’est pas une utopie mais un programme, n’est pas un rêve mais une obligation”¹.

Sabemos bem que na Europa dos dois pós-Guerras Mundiais, o objectivo essencial era a construção da paz. Não é ela, a paz, a maior das utopias? Todavia, ela constituiu o verdadeiro motor do alor europeísta.

Na verdade, verifica-se a permanência do pensamento utópico que coexiste com a reactualização dos seus temas ao longo da história europeia.

Thomas More, à margem da sua *Utopia*, deixou-nos outros textos nos quais figura a ilha. Nela interagem a ficção geográfica, social, política e temporal, isto é, a *Outopia* (a Ilha de nenhuma parte), a *Eutopia* (a Ilha da Felicidade) e a *Oudetopia* (a Ilha do Nunca). Estas diferentes facetas estiveram presentes em três modernidades da Europa: a Europa

¹ Apud L. Marin, *Voyages en Utopie*, in *Lectures travoursières*, Paris, 1992, p. 46.

das descobertas (o novo Mundo como possível), a Europa do progresso (como caminho para a felicidade), a Europa de regresso a si mesma (a História como via para se escrever uma nova história). Ora, a Europa participa nessas três ficções.

A vontade de criar outros mundos possíveis, que caracterizou o século XX, não atingiu, por enquanto, a felicidade. Em nome dela, quantos horrores foram perpetrados! Tudo isto marcou, de forma indelével, a memória europeia e tem condicionado fortemente a sua forma de agir.

Então, como relançar o sonho europeu?

Mesmo que não se transformasse em realidade nem a esperança de Victor Hugo (Discurso Agosto, 1849), nem o sonho de Kant (Projecto de Paz Perpétua – 1895), nem a previsão de Ernest Renan (*Qu'est-ce qu'une nation?* – 1882), procurava-se uma união pacífica entre os Estados europeus.

Assim, essa união foi pensada como um projecto amplo, rico, fascinante, difícil, mas sem precedentes. Aspirava-se a um projecto de um espaço de justiça e de liberdade, de uma comum identidade internacional, de coesão social, um projecto fundado no respeito dos direitos humanos, nos valores como o de paz, justiça, liberdade, e porque se cria neles, tornavam-se potencialmente realizáveis. Estes valores expressam sobretudo uma forma de apreender o mundo e são parte integrante da utopia entendida como cultura de um projecto: projecto este que é a Europa.

A multiplicidade da Europa é, como bem se sabe, uma realidade. Há, de facto, várias Europas: a de Este, de Oeste, Central, Mediterrânica, Atlântica, a Europa dos Estados, das Nações, das Regiões...

Os estudos dos imaginários europeus reforçam essa ideia de diversidade, quer se pense nos meios económicos, políticos, intelectuais, institucionais, culturais. Há diferentes visões da Europa, até visões opostas, do seu passado, do seu presente, do seu futuro.

A consciência europeia favoreceu os inícios e a consolidação da construção da Europa. Poder-se-á dizer que não estimulou um forte patriotismo europeu. Poder-se-á dizer mesmo que esse défice sentimental, esse défice do imaginário, na opinião do historiador Robert Frank foi, é, a principal fraqueza do processo de integração europeia. Um fenómeno novo viria colmatar esse défice – a identidade plural. Ou seja, a consciência europeia não enfraqueceu o vigor dos sentimentos nacionais, mas sobrepôs às identidades nacionais a coabitação de diversas identidades. O que significa que a identidade europeia não é exclusiva de outras identidades colectivas, mas é inclusiva.

Antes de 1914, a identidade europeia e identidades nacionais não eram incompatíveis, porque se a primeira tinha mais uma dimensão cultural, as segundas tinham uma dimensão política. Já entre as Duas Guerras Mundiais, a nova consciência europeia, com a sua ambição política, entrava em confronto com as identidades nacionais. Depois de 1950, deseja-se a aprendizagem da coexistência europeia e identidade nacional.

Na primeira parte – *Portugal perante a Europa*, a Autora dá-nos os olhares de intelectuais portugueses sobre a Europa. Procura, no pensamento de alguns autores, a resposta à questão nodal: o que é a Europa? É possível a Europa? Para uns, que refere, ela, a Europa, é um Ente Moral, mais do que isso, para outros, é um corpo com alma. Os demoliberais, socialistas e republicanos oitocentistas definiram-na – como bem nos elucida. Eles sonhavam com a utopia dos Estados Unidos da Europa, que Victor Hugo anunciava no seu discurso, em Paris, em 1849.

O forte cepticismo e o sentimento de decadência – de crise – vividos nas últimas décadas do século XIX, e projectados nos discursos dos intelectuais – na literatura, na filosofia, na história, nas artes – puseram também em evidência os perigos que ameaçavam a Europa.

Relembre-se, como bem faz a Autora, a crise global, o trauma psicológico e a crise de identidade nacional, que se agudizou nas décadas finisseculares de Oitocentos e nas primeiras décadas do século XX. Analisa neste seu estudo, com a necessária contextualização, o posicionamento de Portugal perante a crise europeia através do ideário de vários autores. O tema da decadência, da crise da Europa, do declínio do Ocidente é coexistente com as primeiras manifestações realistas da construção europeia.

É de todo fundamental, como é objectivo deste livro, valorizar a efervescência intelectual e o papel activo dos intelectuais portugueses no período temporal, que define.

Para alguns, a ideia de Europa fundamenta-se no justo equilíbrio do espírito, da liberdade, da diversidade. Vemos como se exalta o cosmopolitismo, o humanismo fundado nos valores da cultura e o papel do homem ocidental no mundo e na história. Releva-se a identidade europeia por oposição a outras civilizações.

A Autora lembra, com pertinência, as afirmações de Rogério Martins e de João Ameal. O cosmopolitismo como essência europeia é uma ideia mestra do movimento modernista – bem explícita no *Orpheu* com Fernando Pessoa e com Almada Negreiros. É essa abertura à Europa, desejável e necessária, como afirma. De tal forma assim deveria ser que urgia criar um Centro de Estudos Europeus em Portugal (1948), por iniciativa de Pedro de Moura e Sá. Iniciativa esta que colheu a anuência de vários intelectuais, como bem demonstra – é o caso de Hernâni Cidade e de Augusto de Castro. Interesse que se comprova também no Colóquio sobre a Europa, coordenado por Adriano Moreira (1973), e em Conferências que foram realizadas.

Que sucesso ou insucesso tiveram estas iniciativas?

Dir-se-á que na Europa, na década de 20-30 do século passado, se procurava a reconciliação e, mais do que isso, indicavam-se os caminhos para consolidar a tão desejada paz. Todavia, perante a crise europeia, há autores que receiam a agudização da crise em Portugal. Que solução foi proposta por Sampaio Bruno? Que destino o da Europa? – Questiona-se Luís de Almeida Braga. Evidencia-se essa crise através do pensamento e obra de Paul Valéry, de Oswald Spengler. Nessa linha, a Autora ilustra o ideário de

António Sardinha e do Integralismo Lusitano. Abundam, como informa, os escritos sobre estes temas. É de particular interesse a análise pormenorizada que nos propicia através dos textos de Canavarro de Valladares e de Eduardo Freitas da Costa. Como é elucidativa a polémica entre Abel Salazar e Silva Dias nos anos 40, uma das raras polémicas sobre o tema, como escreve. Os títulos dos textos, então publicados, são, por si só, uma referência: *Testamento da Europa*, *Fronteiras da Europa*, *A Crise da Europa*, *O Problema da Europa*, entre outros.

Que dilema perante a velha Europa em crise e o sonho de uma nova Europa? Para alguns autores, a estratégia seria outra – a abertura ao Atlântico.

Questão fulcral, que problematiza neste seu estudo, é a da identidade portuguesa, melhor dito, a do paradigma europeu que pressupõe a análise profunda de Portugal, de portugalidade, o que faz na parte II – *A Identidade Portuguesa. Por uma identidade cultural portuguesa*. Por isso, seleccionou vários autores que, na sua opinião, bem fundamentada, cruzam o seu olhar sobre o ser e o destino de Portugal. Seriam visionários e profetas do futuro? Registe-se também a importância dos articulistas da *Renascença Portuguesa*, de *A Águia*, a que se deve acrescentar a *Seara Nova*.

Jaime Cortesão, António Sérgio, Teixeira de Pascoaes, como outros seareiros, contrapunham à panaceia da queda das fronteiras o internacionalismo e a solidariedade dos povos. Transmitiram uma interpretação da história nacional marcadamente europeísta, a que está subjacente um certo modelo europeu de evolução social e económica, à luz da qual perspectivaram a problemática nacional portuguesa.

O Portugal enigma, a identidade portuguesa, a identidade peninsular, o Portugal entre a terra e o mar – entre a Europa e o Atlântico – mereceram profundas reflexões de autores que nos traz à leitura nesta obra – Fidelino Figueiredo, Agostinho da Silva, Cunha Leão, Orlando Ribeiro, Eduardo Lourenço.

Este seu estudo faz jus ao pensador português que, como justamente afirma, é o que melhor faz a síntese entre *Nós e a Europa ou as Duas Razões*. Compreende-se, assim, que este seu livro se inicie com o Prefácio – um magnífico texto de Eduardo Lourenço. Logo no início da nossa leitura, ele conduz-nos à Reflexão de temas inquietantes ainda do nosso Hoje – *Repensar Portugal* – título bem escolhido para esta obra.

Na parte III – *Alma Ibérica. A Ibéria: Portugal entre Espanha e a Europa*, conduz-nos à análise de perspectivas luso-espanholas.

Geográficos, mas também de ordem étnica, linguística, histórica, religiosa, afinidades de tradições e naturalmente razões de ordem social, económica, política, racionalização do aproveitamento de recursos, são argumentos dos iberistas portugueses e espanhóis que fundamentam a sua persuasão na teoria democrática, contratualista e voluntarista da nação. Já os anti-iberistas questionavam e acentuavam as diferenças portuguesas naturais, históricas, étnicas, linguísticas. É de sublinhar que os anti-iberistas dramatizavam,

alguns, o perigo espanhol, mas outros havia que banalizavam o iberismo. Olhavam os iberistas como não existências.

Excluía-se os iberistas, porque não se lhes atribuía um valor ético. Eles eram considerados traidores, conspiradores, degenerados.

Sublinho a pertinente explicação da origem etimológica da palavra Ibéria. Lembrem-se que para os iberistas o conceito de pátria é de pátria maior, de grande pátria da costa ocidental da Península aos Pirinéus. José Félix Henriques Nogueira, nos anos 50 de Oitocentos, defendia a Ibéria dos Povos, a “Jovem Ibéria” de marca mazziniana (Giuseppe Mazzini). Para D. Sinibaldo de Más e Latino Coelho, como bem se refere, os iberistas insistiam para além da cultura, da língua, da tradição histórica, da memória, nas afinidades étnicas entre os dois povos. Falam-nos de raça peninsular. A Ibéria era a grande nação, feita de nações em sintonia com o patriotismo ecuménico. Não era, porém, unânime a opinião respeitante à identidade étnica. Estes iberistas comungavam de um ideário ecuménico, humanitarista, assente na solidariedade.

Os intelectuais que participaram nas Conferências do Casino, iberistas, foram acusados de quererem aniquilar a pátria. Antero de Quental era um iberista, como Oliveira Martins. Acreditaram na federação ibérica. Porém, desiludidos, com o iberismo unitarista, com o republicanismo federal, pensavam um iberismo de cooperação entre as duas nações – como bem se explica nesta obra. E Oliveira Martins foi, da sua geração, o intelectual português que melhor conheceu a Espanha. Recorde-se a correspondência que manteve com Pi y Margall, Castelar, Menéndez y Pelayo. Como Teófilo Braga, entendia que o federalismo era um instrumento de harmonia política e que conferia um certo carácter messiânico ao ideal federalista projectado no porvir.

A influência de Proudhon, como sabemos, foi muito marcante nos federalistas portugueses, entre eles Sebastião de Magalhães Lima. Para este fervoroso republicano, só a federação ibérica poderia salvar Portugal e Espanha e reequilibrar o espaço político europeu e, até, mundial. A crise dos países ibéricos e a afirmação das novas potências (Alemanha, Áustria, Rússia, França, Inglaterra) deram um novo assomo ao ideário federalista. Também Magalhães Lima estreitou relações entre republicanos portugueses e espanhóis. Como anunciara em 1893, na obra *La Fédération Ibérique*, a futura federação deveria estender-se à América do Sul, ao Brasil, às colónias portuguesas africanas. A aliança federativa era imprescindível à defesa e consolidação da paz. Assim, deveria assegurar-se a autonomia de cada Estado, uma constituição, um poder executivo eleito, um tribunal regulador. Orgânica esta que, segundo Magalhães Lima, constituiria o alicerce da construção dos Estados Unidos da Europa.

Mas outros conceitos, para além de iberismo, se generalizaram das décadas finiseculares de XIX (1890) à instauração da II República em Espanha (1931), como *hispanismo*, *hispanidade*, *hispano-americanismo*. *Hispanismo* e *hispanidade* adquirem um sentido mais marcadamente histórico-cultural e identitário. O exemplo de António Sardi-

nha e da Aliança Peninsular, que a Autora nos apresenta neste estudo, é bem elucidativo. Aliança que é cooperação assente no que o ideólogo do Integralismo Lusitano chama reciprocidade peninsular ou hispanismo.

Outros intelectuais apoiavam o pan-lusitanismo. Era a dimensão atlântica que conferia prioridade ao pan-lusitanismo, ou seja, a afirmação de uma missão atlântica na história nacional. Disto é exemplo a comunidade luso-brasileira defendida, nomeadamente, pelo pedagogo João de Barros (lembre-se a importância da revista *Atlântida*, 1915-20).

Relembre-se a importância da estadia de intelectuais espanhóis em Portugal. Isabel Baltazar refere, muito especialmente, Miguel Unamuno, mas pode citar-se também Sixto Câmara, Ribera i Rovira – e a estadia de portugueses em Espanha – Oliveira Martins, Magalhães Lima, António Sardinha, Fidelino de Figueiredo. Todos eles muito contribuíram para estreitar laços culturais e para fomentar ideias iberistas e hispanistas, como bem demonstra nos seus estudos Sérgio Campos Matos. Houve iniciativas de cooperação. Refiram-se Congressos Científicos, Jogos Florais, Exposições (anos 20), Acordos (1926-30)... A Associação dos Amigos de Portugal em Espanha, a Sociedade dos Amigos de Espanha, a revista *Contemporânea* foram veículos de abertura cultural.

Iberismo, hispanismo, hispanidade foram ideias que coexistiram. Uns olhavam para o futuro numa atitude prospectiva. O hispanismo enformou-se num nacionalismo defensivo face aos nacionalismos expansionistas (alemão, britânico, pan-americanismo).

Um outro autor que privilegia nesta sua obra é Miguel Torga. É marcante, sem dúvida, a sua ideia de Ibéria como terra Mãe – a *Mátria*, como Portugal incarna a terra-pai – *Pátria*. O destino de Portugal, para Torga, não se confina à Ibéria. Vai mais longe, pelo mar, numa contínua viagem.

A Alma Ibérica segundo Teixeira de Pascoais e o patriotismo peninsular de Unamuno comprovam, na análise da Autora, o conhecimento profundo da essência do iberismo. Sublinhe-se a importância da leitura da correspondência entre Pascoais e Unamuno (31 cartas) de teor não apenas literário, mas também político, que permite uma interpretação mais profunda do pensamento destes intelectuais.

E volta a Eduardo Lourenço. Assim a Autora termina o seu texto: a Ibéria, “que mais ecuménica e fraterna revelação?” (*Nós e a Europa ou as Duas Razões*).

As Reflexões Finais da obra sintetizam, com muita clareza, os temas que analisou nas 230 páginas, que preenchem 3 partes, cada uma com 2 capítulos e acentuam as questões que permitem ao leitor o prazer da leitura mas, sobretudo, a inquietante problematização sobre o tema que preocupou a Autora e que nos deve preocupar – *Repensar Portugal e a Ideia de Europa*.